

1. Informações do Instituto

1.1. Contexto operacional

O Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista - IPA, fundado em 15 de março de 1923 é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
- II) Ministrar o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
- III) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país e da humanidade;
- IV) Elaborar programas de pesquisa, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
- V) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
- VI) Ministrar programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
- VII) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- VIII) Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas;
- IX) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
- X) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IPA, de conformidade com a legislação vigente;
- XI) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XII) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XIII) Difundir a cultura física e desportiva; e
- XIV) Realizar programas, projetos e atividades correlatas.

1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal.

(ii) Programa de Integração Social (PIS)

O Instituto, mesmo sendo uma instituição sem fins lucrativos e filantrópica, fica sujeito a questionamentos quanto ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários, à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/97; porém, por meio de Ação Judicial busca o reconhecimento da imunidade garantida pela Constituição Federal. Tal pedido, inclusive, é respaldado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário RE 636.941 Rio Grande do Sul, que transitou em julgado perante o STF na data de 22 de abril de 2014. Assim, até mesmo o prazo da União Federal tentar reabrir a questão via ação rescisória, está superado e precluso.

(iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O Instituto, em virtude de ser uma instituição sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Instituição, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03.

(iv) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

O Instituto possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), renovado para o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018 através da Portaria nº 393 de 29/05/2017. Devido ao Instituto possuir o CEBAS vigente e ter reconhecido sua filantropia é isento de recolhimento da cota patronal do INSS.

(v) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN)

A Instituição goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na letra "c", do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

(vi) Benefícios do Programa Universidade para Todos (PROUNI)

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/04, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/05, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/05, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao MEC com o qual o Instituto firmou termo de adesão por prazo de vigência de 10 anos, contados da data de sua assinatura. A Instituição utiliza o PROUNI na composição de suas gratuidades para o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos em bolsas de estudos.

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2018, a Instituição apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 36.060.076 (R\$ 29.723.693 em 31 de dezembro de 2017) e patrimônio líquido negativo de R\$ 134.806.029 (R\$ 82.165.263 em 31 de dezembro de 2017).

A Administração continua adotando uma série de medidas para equacionar a atual situação patrimonial e financeira e permitir a liquidação e/ou renegociação de suas obrigações de curto prazo e para isso mantém as estratégias já implementadas em anos anteriores, com base em seu planejamento estratégico:

- Expandir a receita pela captação de novos alunos;
- Melhorar a retenção dos alunos nos principais cursos;
- Corrigir as mensalidades a fim de estarem alinhadas aos índices de atualização dos principais custos da instituição;
- Reduzir as despesas e os custos com pessoal;
- Analisar a margem de contribuição de cada curso, avaliando semestralmente quais cursos devem ser mantidos, reduzidos ou encerrados;
- Manter o parcelamento dos tributos federais, que permite a adimplência fiscal por meio do pagamento de uma parcela mensal compatível com a realidade financeira da Instituição;
- Reduzir os encargos financeiros através da captação de novos empréstimos e renegociação dos empréstimos existentes;
- Intensificar a participação de programas governamentais (bolsas), melhorando o fluxo financeiro de recebimento;
- Melhorar o processo de cobrança e acompanhamento das contas a receber, reduzindo o nível de inadimplência;
- Usar a evolução contínua dos processos administrativos financeiros, buscando agilizar as rotinas internas e melhorar o nível de controle do Instituto;

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

- Renovar e atualizar seus recursos tecnológicos;
- Adotar práticas de acompanhamento tempestivo do planejamento orçamentário.

O conjunto dessas ações faz parte do planejamento de equilíbrio econômico e financeiro da Instituição, que visa a eliminação das dívidas trabalhistas e redução de passivos tributários, bem como a redução no volume de endividamento bancário.

Devido à crise política e econômica que o país vem enfrentando nos últimos anos e que afeta diretamente as instituições de ensino, a recuperação institucional será um processo mais lento, pois também dependerá da melhora do cenário nacional.

Além das ações elencadas acima, a Administração tem planos para alienação de bens imóveis para injetar os recursos na operação, com o objetivo de reverter o desempenho dos índices de liquidez.

A Administração do Instituto acredita que mantendo todas essas medidas e implantando outras que se fizerem necessárias, os resultados esperados serão alcançados e teremos a equalização do fluxo financeiro.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas abaixo.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Instituto.

2.2.2 Apresentações dos Resultados Abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3 Reconhecimento de receitas e bolsas de estudos concedidas

A receita é apresentada líquida das devoluções, das bolsas de estudo e dos descontos concedidos (nota explicativa nº 20).

(i) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Instituição e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), mensalidades dos cursos de especialização e extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares.

(ii) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei 12.101.

(iii) Receitas antecipadas (matrículas)

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência dessa prática peculiar ao mercado de ensino, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

As aplicações financeiras compõem-se de fundos de renda e de Certificados de Depósitos Bancários. Os rendimentos foram apropriados proporcionalmente aos dias incorridos até a data de encerramento do balanço.

2.2.5 Ativos circulante e não circulante

A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidades e cheques a receber, considerados de difícil realização.

2.2.6 Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

As mensalidades a receber - Bolsa FIES estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF. O referido montante tem sido utilizado exclusivamente para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários) e Imposto de Renda dos funcionários da Instituição.

A Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidade, cheques a receber e renegociação, considerados de difícil realização.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)**

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidas.

2.2.7 Investimentos

Os investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

O investimento em coligada, quando aplicável, será registrado e avaliado pelo método de equivalência patrimonial, com base em balanço patrimonial levantado na mesma data-base do balanço do Instituto. A equivalência patrimonial será reconhecida no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

2.2.8 Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

As depreciações dos ativos são calculadas com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 10.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.9 Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.10 Passivo circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.2.11 Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*'pro rata temporis'*).

2.2.12 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos-futuros serão gerados em favor da Instituição e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Instituição possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.13 Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.14 Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.15 Redução ao valor recuperável dos ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

2.2.16 Reapresentação das demonstrações

No ano de 2018 foi identificado R\$ 31.447.752 referente às concessões de Bolsa do Proies que foi reclassificado como Não Circulante, porque serão abatidas no pagamento do parcelamento a longo prazo, conforme Nota Explicativa nº 4:

Descrição (circulante)	2017	2017 reapresentado
Mensalidade a Receber	8.523.855	8.523.855
Fies	7.612.268	7.612.268
Cheques em cobrança	2.137.412	2.137.412
Proies	32.460.648	1.012.897
Cartão débito/crédito	914.017	914.017
Confissão de Dívida	362.350	362.350
Cheques a receber	181.751	181.751
Restituível	131.639	131.639
Pronatec	120.012	120.012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.402.763)	(7.402.763)
	45.041.188	13.593.436
Descrição (não circulante)	2017	2017 reapresentado
Proies	-	31.447.752
	-	31.447.752

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2018	2017
Aplicações Financeiras	338.980	14.635
Banco Contas Movimento	128.287	230.999
Caixa	9.670	316.232
	476.936	561.866

As aplicações financeiras referem-se a Títulos de Capitalização - Barincap. Os rendimentos foram apropriados proporcionalmente aos dias incorridos até a data de encerramento do balanço.

INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

4. Mensalidades a receber

Descrição (circulante)	2018	2017 reapresentado
Mensalidade a Receber	9.428.404	8.523.855
Fies	8.183.513	7.612.268
Cheques em cobrança	2.143.490	2.137.412
Proies (a)	1.865.660	1.012.897
Cartão débito/crédito	758.541	914.017
Confissão de Dívida	478.883	362.350
Cheques a receber	143.312	181.751
Restituível	132.335	131.639
Pronatec	120.012	120.012
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.382.081)	(7.402.763)
	15.872.071	13.593.436

Descrição (não circulante)	2018	2017 reapresentado
Proies (a)	34.355.009	31.447.752
Redução ao valor recuperável (a)	(9.829.692)	-
	24.525.317	31.447.752

(a) O Instituto passou a conceder bolsas PROIES a partir de Julho/2013, em contrapartida, os valores das bolsas concedidas são convertidos em certificados, na forma de títulos de dívida pública (CFT), os quais são disponibilizados para a Instituição fazer o pagamento das parcelas das prestações do referido parcelamento. Os valores do Circulante, correspondem ao saldo do curto prazo do parcelamento constante na Nota Explicativa nº 15.

Os valores do não circulante correspondem às bolsas que já foram concedidas para pagamento dos valores do parcelamento, constante na nota explicativa nº 15. Em função das concessões de bolsas superarem o valor da dívida, em 2018 foi projetado o valor a pagar até o final do parcelamento e a diferença foi contabilizada. Essa projeção será revista periodicamente e ajustada quando necessário.

O Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos quatro anos, deduzindo de provisões para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

As renegociações de dívidas escolares referem-se aos acordos efetuados com os alunos de mensalidades já vencidas, deduzido de estimativa de perda constituída sobre os cheques em cobrança e os cheques devolvidos.

INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Descrição	2018	2017
Mensalidades a receber	(5.070.982)	(5.138.529)
Cheques e cobrança judicial	(2.143.490)	(2.137.412)
Confissão de dívida	(167.609)	(126.823)
Total	(7.382.081)	(7.402.763)

A perda estimada foi constituída a partir da incerteza da realização desse ativo, para a qual foi adotado o seguinte critério em função do atraso:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 360 a 271 dias, estimativa de 75%;
- De 270 a 181 dias, estimativa de 50%;
- De 180 a 90 dias, estimativa de 25%;
- A seguir de 89 dias não constitui perda.

Para os cheques em cobrança judicial e confissão de dívida a estimativa de perda é de 100% sobre o montante dos cheques devolvidos e 35% sobre negociação de dívidas.

5. Contas a receber

Descrição	2018	2017
Adiantamento a Fornecedores	493.538	371.393
Adiantamento a funcionários	105.215	5.929
Outras Contas a Receber	50.506	-
Adiantamento para viagem	7.300	3.350
Total	656.559	380.672

6. Depósitos judiciais

Descrição	2018	2017
Depósitos judiciais	1.433.445	2.499.661
Total	1.433.445	2.499.661

Referem-se aos depósitos para recursos e bloqueios judiciais em contas bancárias.

INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

7. Compromissos a receber

Descrição	2018	2017
Contratos a receber	25.909.364	21.744.809
Total	25.909.364	21.744.809

O saldo a receber em 31 de dezembro de 2017 e 2018 é relativo às operações de mútuo realizadas com instituições metodistas de ensino, efetuadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas (remuneração mensal) considerando os volumes das operações e prazos de recebimentos.

8. Tributos a recuperar

Descrição	2018	2017
Impostos a recuperar	9.020	9.020
Total	9.020	9.020

Os valores residuais de impostos a recuperar referem-se a pagamento de FGTS em duplicidade.

9. Investimentos

Descrição	2018	2017
Cesupa - Ágio	3.837.974	3.837.974
Cesupa - Investimento	278.396	1.824.792
Total	4.116.370	5.662.766

O Investimento corresponde à aquisição de 95% do Centro de Ensino Superior de Porto Alegre Ltda (CESUPA), Faculdade de Direito (Portaria nº 2.363/MEC).

Em decorrência desta participação é apurado o resultado de equivalência patrimonial. No ano de 2018 foi apurado uma equivalência líquida negativa de R\$ 1.546.396, com contrapartida em perda de capital R\$ 1.548.988 e ganho de capital R\$ 2.592.

	Valor
Valor Investido	95.000,00
Quota de Investimento	95%
Patrimônio Líquido da Controlada (PL)	293.048
Valor do Investimento	278.396

INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

O ágio gerado na aquisição de 95% do capital social do Centro de Ensino Superior de Porto Alegre Ltda., CESUPA, está fundamentado no oferecimento do Curso de Direito, conforme receita do curso realizada e projetada:

	Valor
Realizado no ano de 2018	7.097.016
Realizado 1º trimestre 2019	1.469.696
Projetado no ano de 2019	5.979.006
Projetado no ano de 2020	4.437.502

10. Imobilizado

a. Composição dos saldos

Descrição	2018			2017	
	Taxa anual de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Benfeitorias em imóveis de terceiros	5%	20.922.568	(9.440.565)	11.482.003	12.409.678
Equipamentos de informática	20%	4.239.502	(4.205.742)	33.760	85.519
Máquinas e equipamentos	10%	4.117.892	(3.800.638)	317.254	405.198
Bibliotecas	10%	3.342.716	(2.966.726)	375.989	496.418
Móveis e utensílios	10%	3.336.711	(3.146.676)	190.035	242.790
Consortio de veículos em andamento	-	-	-	-	-
Laboratórios	10%	65.870	(33.979)	31.891	38.478
Veículos	20%	60.671	(47.403)	13.268	13.268
Equipamentos de ensino	10%	58.083	(37.996)	20.087	25.894
Instrumentos musicais	10%	22.648	(12.127)	10.521	12.786
Instalações	10%	7.671	(6.770)	900	1.667
Equipamentos de comunicação	10%	4.450	(4.450)	-	347
Imobilizações em curso	-	163.500	-	163.500	-
Total		36.342.280	(23.703.072)	12.639.208	13.732.044

b. Movimentação do custo

	2017	2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Benfeitorias em imóveis de terceiros	20.922.568	-	-	-	20.922.568
Equipamentos de informática	4.239.502	-	-	-	4.239.502
Máquinas e equipamentos	4.101.652	16.240	-	-	4.117.892
Bibliotecas	3.334.183	8.533	-	-	3.342.716
Móveis e utensílios	3.328.455	8.255	-	-	3.336.711
Veículos	65.870	-	-	-	65.870
Equipamentos de ensino	60.671	-	-	-	60.671
Laboratórios	58.083	-	-	-	58.083
Instrumentos musicais	22.648	-	-	-	22.648
Instalações	7.671	-	-	-	7.671
Equipamentos de comunicação	4.450	-	-	-	4.450
Imobilizações em curso	-	163.500	-	-	163.500
	36.145.752	196.528	-	-	36.342.280

INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

11. Intangível

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa de amortização anual (%)	2018			2017
		Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Implantação de novos cursos	10%	3.531.732	(3.531.732)	-	-
Direito de uso de software	20%	1.972.524	(1.510.860)	461.664	504.661
Total		5.504.256	(5.042.591)	461.664	504.661

b. Movimentação do custo

Descrição	2017	2018			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Implantação de novos cursos	3.531.732	-	-	-	3.531.732
Direito de uso de software	1.972.524	-	-	-	1.972.524
Total	5.504.256	-	-	-	5.504.256

12. Empréstimos e financiamentos

Descrição	Tipo	Tx. de juros	Vencimentos	Garantias	2018	2017
Circulante						
Banco Santander	Empréstimo	0,40% a.m.	20/01/2024	Hipotecas	12.260.213	9.958.026
Banco Bradesco	Cap. de Giro	0,35% a.m	26/08/2019	Alienação Fiduciária	2.852.503	2.910.991
Banrisul	Cap. De Giro	0,60% a.m	22/11/2019	Recebíveis	203.134	195.725
Banrisul	Cap. De Giro	0,60% a.m	09/02/2020	Recebíveis	197.242	176.152
Banrisul	Cap. de giro	0,60% a.m	09/02/2020	Recebíveis	252.874	156.580
Total circulante					15.765.966	13.397.474
Não circulante						
Banco Bradesco	Cap. de Giro	0,35% a.m	26/08/2019	Alienação Fiduciária	-	3.988.061
Banrisul	Cap. De Giro	0,60% a.m	22/11/2019	Recebíveis	-	-
Banrisul	Cap. De Giro	0,60% a.m	09/02/2020	Recebíveis	32.874	-
Banrisul	Cap. de giro	0,60% a.m	09/02/2020	Recebíveis	42.146	-
Total não circulante					75.019	3.988.061

Restrições contratuais e *covenants*

A Instituição possui contrato de empréstimo com o Banco Santander S/A que contém determinadas obrigações de cumprimento de índices financeiros (*covenants*). A administração da Instituição considera que estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Instituição, e aplicou os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações dos CPC's aplicáveis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Apesar dos resultados operacionais obtidos pela Instituição nos últimos anos, em 2018, alguns fatores fora do controle da Instituição, especialmente a crise econômica pela qual passa o país, que além dos impactos monetários causou forte impacto nos índices de emprego e renda do público alvo da instituição que refletiram na captação e retenção de alunos, bem como nos índices de inadimplência que geraram deterioração momentânea de alguns índices financeiros da Instituição.

- Santander S/A: Covenants financeiros medidos anualmente:

Índice	Limite
Dívida líquida / EBITDA	≤ 2,5x

Com base nos resultados projetados para o término do exercício fiscal de 2018, a Instituição verificou a possibilidade de não cumprimento (i) Dívida líquida / EBITDA. Diante disso, a Instituição iniciou tratativas relativas ao pedido de dispensa à observância deste índice e obrigação junto ao Santander (agente do financiamento).

O CPC 26, em seu item 74, estabelece que “Quando a entidade quebrar um acordo contratual (*covenant*) de um empréstimo de longo prazo (índice de endividamento ou de cobertura de juros, por exemplo) ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do *covenant*. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data”.

Diante disso o instituto registrou o saldo deste empréstimo em sua totalidade no Curto Prazo. A renegociação com o Banco Santander foi realizada em data posterior, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 30 - Eventos subsequentes.

INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

13. Obrigações trabalhistas

Descrição	2018	2017
FGTS a recolher	5.737.232	6.868.758
Acordo trabalhista	5.257.238	3.433.292
Provisão Férias	2.903.989	2.942.405
Salários e ordenados	1.764.891	2.003.634
Rescisões e homologações	1.549.188	98.583
INSS a recolher	1.241.385	914.352
Provisão 13º salário	795.633	759.627
Mensalidade sindical a recolher	393.480	157.349
Contribuição Assistencial	327.195	136.879
Provisão FGTS férias	196.746	252.696
Consignações Financeiras de Empregados	124.142	712.177
Serviços avulsos s/ vínculo	73.540	69.741
Pensão Alimentícia	30.913	14.479
Rendimentos a pagar estagiários	15.900	15.301
Contribuição Sindical a Recolher	15.100	11.269
Provisão FGTS 13º.salário	-	92.112
	20.426.572	18.482.654

Devido ao processo de reestruturação administrativa e acadêmica do Instituto, houve um aumento dos valores a pagar, que correspondem às verbas rescisórias e encargos, que serão quitadas mediante acordos e parcelamentos.

14. Obrigações tributárias

Descrição	2018	2017
IRRF S/ Salários	4.134.508	2.582.196
INSS s/ Serviços	391.261	288.370
PIS/COFINS/CSL S/ Serviços	52.113	64.560
ISS S/ Serviços	70.817	44.033
IRRF s/ Serviços	18.905	21.644
	4.667.605	3.000.802

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar o recolhimento de parte das retenções de tributos federais. Para sanar as referidas obrigações pleiteia parcelamentos junto aos órgãos fiscais.

INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

15. Parcelamento

Descrição	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2018	2017	2018	2017
Parcelamento Proies (a)	1.865.660	1.012.897	18.970.102	13.829.996
Parcelamento PERT Lei n. 13.496/2017 (b)	975.521	737.700	12.658.038	13.056.999
FGTS Parcelado (c)	1.933.860	949.818	5.639.210	1.328.482
	4.775.041	2.700.414	37.267.350	28.215.477

- (a) A Instituição aderiu ao parcelamento Proies - Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior, através da Lei nº 12.688 de 18 de julho de 2012, no qual refinanciou suas dívidas tributárias em dezembro de 2012 e suas dívidas previdenciárias em junho de 2016, para pagamento ao longo de 180 meses com até 90% com concessão de bolsas de estudo nos moldes do Prouni, que estão registradas no Ativo Circulante - Mensalidades a Receber, conforme Nota Explicativa nº 4;
- (b) Em novembro de 2017, a Instituição aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), instituído pela Lei nº 13.496/2017, de 24 de outubro de 2017, abrangendo débitos de natureza tributária e não tributária, vencidos até 30 de abril de 2017, inclusive aquele objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial. A referida Lei foi regulamentada perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) através da Instrução Normativa RFB nº 1.711, de 16 de junho de 2017, publicada no DOU de 21/06/2017, seção 1, pág. 20 e junto à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) a regulamentação se deu através da Portaria nº 690/2017 de 29 de junho de 2017, publicada no DOU de 30 de junho de 2017, seção 1, pág. 43 a Instituição optou pela modalidade prevista no inciso II do artigo 2º da referida Lei;
- (c) Parcelamento trabalhista FGTS - no exercício de 2009, o Instituto obteve autorização para o parcelamento dos valores referentes ao FGTS do período de vigência de 2006 a 2009. O parcelamento foi efetuado em 125 prestações, que são atualizadas conforme previsto na Lei nº 8.036/90. Em setembro de 2015 ocorreu a consolidação de parcelamento das competências de maio e junho de 2015 a serem amortizadas em 60 parcelas. Em 2018 teve a consolidação de um novo parcelamento de FGTS, no valor de R\$ 5.970.952 das competências de dezembro de 2003 a agosto de 2019 e maio de 2016 a junho de 2017 a serem amortizadas em 60 parcelas.

16. Provisões para demandas judiciais

Nas datas das demonstrações contábeis, o Instituto apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	2018			2017		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Circulante						
Trabalhista	1.771.162	-	1.771.162	1.246.300	-	1.246.300
Cíveis	512.526	-	512.526	512.526	-	512.526
Tributária	-	-	-	-	-	-
TOTAL CP	2.283.687	-	2.283.687	1.758.826	-	1.758.826
	2018			2017		
	Provisão	Depósito Judicial	Líquido	Provisão	Depósito Judicial	Líquido
Não Circulante						
Trabalhista	9.517.020	1.145.159	8.371.861	6.657.711	2.170.421	4.487.290
Cíveis	2.744.856	-	2.744.856	2.520.319	40.954	2.479.365
Tributária	-	288.286	(288.286)	-	288.286	(288.286)
TOTAL LP	12.261.876	1.433.445	10.828.432	9.178.030	2.499.661	6.678.369
TOTAL CP+LP	14.545.563	1.433.445	13.112.119	10.936.856	2.499.661	8.437.195

INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

A movimentação da provisão no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

	Valor (R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	10.936.856
Movimentação líquida	3.608.707
Saldo em 31 de dezembro de 2018	14.545.563

16.1. Natureza das contingências

O Instituto é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na experiência anterior referente as quantias reivindicadas, e amparada pela opinião de seus consultores legais externos.

16.2. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

O Instituto com base na avaliação de seus consultores jurídicos, não tem ações envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis.

17. Compromissos a pagar

Descrição	2018	2017
Compromissos a pagar	118.236.095	86.660.715
Total	118.236.095	86.660.715

Os saldos são relativos a operações com as Instituições de Ensino da Metodista, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

No ano de 2018 houve um maior volume de operações de mútuo, decorrentes da necessidade de caixa. As operações foram efetivadas por instituições congêneres, observando-se as exigências legais aplicáveis.

18. Patrimônio líquido

O patrimônio social do Instituto está constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza, assim como por resultados acumulados desde a data de sua constituição, mensurados e registrados em obediência à legislação específica aplicável, e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

19. Gratuidades através de bolsas de estudo

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada 9 (nove) alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei nº 12.101:

	2018	2017
	Educação Superior	Educação Superior
Quantidade de alunos		
Número de alunos matriculados	3437	3766
Número de alunos pagantes	2321	2641
Quantidade de bolsistas gratuidade		
Bolsistas Integrais (100%)	574	645
Bolsistas Parciais (50%)	284	360
Total bolsistas	858	1005
	2018	2017
	Educação Superior	Educação Superior
Bolsas Gratuidade		
Bolsas Integrais (100%)	9.239.321	9.474.774
Recursos próprios	1.042.375	1.126.164
PROUNI	8.196.946	8.348.610
Bolsas Parciais (50%)	2.309.690	2.777.506
Recursos próprios	74.808	68.974
PROUNI	2.234.882	2.708.532
Valor total de Gratuidades	11.549.011	12.252.280
Outras Bolsas (não atendem o perfil da filantropia)		
Educação Básica e Superior		
Outras Bolsas Integrais (100%)	100.382	67.877
Outras Bolsas Parciais (50%)	3.872.156	2.537.908
	3.972.538	2.605.785
Pós Graduação		
Outras Bolsas Integrais e Parciais	169.492	226.526
Valor total de Outras Bolsas	4.142.029	2.832.311

INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

20. Receita operacional líquida

	2018	2017
Receita de ensino	66.314.711	69.234.205
Receita administrativa	390.756	458.463
Receita Bruta	66.705.466	69.692.668
Deduções da receita		
Bolsas gratuidade	(11.549.011)	(12.252.280)
Outras Bolsas	(4.142.029)	(2.832.311)
Descontos concedidos	(4.044.784)	(2.440.194)
Receita líquida	46.969.642	52.167.884

21. Custo dos serviços prestados

	2018	2017
Salários	(29.152.762)	(26.978.931)
Encargos e Benefícios	(2.113.138)	(1.933.631)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(190.652)	(83.790)
Despesas gerais e administrativas	(145.169)	(171.434)
Outras despesas operacionais	(129.505)	(73.791)
Depreciação e Amortização	(58.422)	(65.328)
Total	(31.789.649)	(29.306.906)

22. Despesas com pessoal

	2018	2017
Salários	(9.996.307)	(10.351.285)
Encargos e Benefícios	(2.970.411)	(2.963.881)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(281.900)	(287.606)
Total	(13.248.617)	(13.602.771)

INSTITUTO PORTO ALEGRE DA IGREJA METODISTA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

23. Despesas gerais e administrativas

	2018	2017
Energia Elétrica	(1.206.903)	(986.288)
Propaganda e Publicidade	(609.912)	(136.112)
Água	(253.745)	(259.949)
Material de Uso e Consumo	(204.661)	(285.866)
Manutenção e Conservação	(184.772)	(250.547)
Serviços de Terceiros	(140.329)	(137.356)
Telecomunicações	(106.713)	(151.650)
Outras despesas	(92.918)	(72.917)
Transporte em geral	(91.048)	(113.936)
Impostos e Taxas	(43.452)	(235.728)
Material Clínico Hospitalar	(18.947)	(44.787)
Material Didático	(7.597)	(2.408)
	(2.960.997)	(2.677.544)

24. Outras despesas operacionais

	2018	2017
Alugueis	(1.963.575)	(2.054.624)
Outras despesas operacionais	(706.663)	(868.057)
Licença e manutenção do uso de softworks	(478.511)	(551.779)
Contribuições a Associações	(87.897)	(207.825)
Serviços gráficos	(71.536)	(175.817)
Lanches e Refeições	(25.664)	(45.213)
Consultorias	(16.616)	(138.606)
Viagens e Estadias	(8.832)	(14.466)
	(3.359.294)	(4.056.387)

25. Despesas financeiras

	2018	2017
Juros e Multa Passivos	18.321.121	16.248.908
Juros e Multas Passivas - Parcelamentos (a)	8.324.136	(3.155.303)
Despesas Bancárias	612.514	275.040
Descontos Concedidos	2.051	429
Iof/loc	247	-
Total	27.260.070	13.369.074

(a) No ano de 2018 foi contabilizada a atualização do Parcelamento Proies, no valor de R\$ 7 milhões, no ano de 2017 houve estorno de valores referente à consolidação do PERT.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

26. Receitas financeiras

	2018	2017
Juros e Multa Ativos	2.815.865	2.882.227
Descontos Obtidos	45.127	21.520
Rendimentos s/ Aplicações	(2)	1.056
Variação Monetária Ativa	(18.701)	2.121
Total	2.842.289	2.906.924

27. Instrumentos financeiros derivativos

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

28. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

29. Declarações de impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, assim como outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários.

30. Eventos subsequentes

Em função do recebimento de novas ações judiciais, após o fechamento do balanço, o instituto estima um acréscimo de contingências com perda provável, no montante R\$ 4.872.622.

O instituto renegociou o contrato de empréstimo com o Banco Santander S/A em 31 de maio 2019, no valor total de R\$ 12.627.912 a ser pago em 54 parcelas até janeiro de 2024.

Não ocorreram outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações do Instituto.

31. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de administração e diretoria geral em reunião realizada em 29 de novembro de 2019.

Robson Ramos de Aguiar
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora
CRC: 1SP198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independes SS - CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 29/11/2019.